

UM MUNDO EM CONTA-GOTAS QUEBRADO: (RE)PENSAR FUTUROS INÚTEIS
E VIVÍVEISUN MUNDO EN CUENTAGOTAS ROTO: (RE)PENSAR FUTUROS INÚTILES Y
VIVIBLESA WORLD IN BROKEN DROPPER: (RE)THINKING FUTURES THAT ARE BOTH
USELESS AND LIVEABLE

Matheus Guimarães de BARROS¹
e-mail: prof.matheusgbarros@gmail.com

Como referenciar este artigo:

BARROS, Matheus Guimarães de. Um mundo em conta-gotas quebrado: (re)pensar futuros inúteis e vivíveis. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 25, n. esp. 2, e025016, 2025. e-ISSN: 2359-2419. DOI: 10.47284/cdc.v25iesp2.20011



| Submetido em: 14/02/2025
| Revisões requeridas em: 30/04/2025
| Aprovado em: 31/10/2025
| Publicado em: 28/12/2025

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbaux
Prof. Me. Paulo José de Carvalho Moura
Profa. Me. Luana Estela Di Pires
Prof. Me. Lucas Barbosa de Santana
Prof. Me. Maurício Miotti

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Mestre em Ciências Sociais (PPGCIS) e Doutorando em Teoria do Estado e Direito Constitucional (PPGD).

RESUMO: Este artigo procura demonstrar que os modos de produção e destruição do capitalismo moderno-colonial têm colocado a Terra diante de catástrofes climáticas e ambientais “impensáveis”, especialmente a partir da hegemonia global do neoliberalismo. Esses fenômenos extremos evidenciam a realidade alarmante de uma deterioração acelerada e descontrolada do mundo, mas cujos impactos variam consoante desigualdades socioeconômicas e geopolíticas preexistentes. No Brasil, o poder estrutural do racismo faz com que tais catástrofes atinjam desproporcionalmente as pessoas negras e indígenas, algo bastante perceptível nos últimos casos de rompimento de barragens da atividade mineradora. Além de refletir sobre o dito “impensável” do presente, pretende-se indicar caminhos teóricos para um futuro possível e vivível, levando em conta epistemologias e cosmovisões ancestrais que confrontam o imaginário capitalista e colonialista dominante que orienta a exploração e a devoração voraz de todos os elementos constitutivos do planeta, humanos e não humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo moderno-colonial. Catástrofes ecológicas. Futuros possíveis.

RESUMEN: Este artículo pretende demostrar que los modos de producción y destrucción del capitalismo moderno-colonial han colocado a la Tierra ante catástrofes climáticas y medioambientales ‘impensables’, especialmente desde la hegemonía global del neoliberalismo. Estos fenómenos extremos ponen de manifiesto la alarmante realidad de un deterioro acelerado e incontrolado del mundo, pero cuyos impactos varían en función de las desigualdades socioeconómicas y geopolíticas preexistentes. En Brasil, el poder estructural del racismo hace que tales catástrofes afecten de forma desproporcionada a la población negra e indígena, algo muy perceptible en los últimos casos de derrumbes de presas mineras. Además de reflexionar sobre los llamados ‘impensables’ del presente, se pretende indicar caminos teóricos hacia un futuro posible y vivible, teniendo en cuenta epistemologías y cosmovisiones ancestrales que se enfrenten al imaginario capitalista y colonialista dominante que guía la explotación y la voraz devoración de todos los elementos constitutivos del planeta, humanos y no humanos.

PALABRAS CLAVE: Capitalismo colonial moderno. Catástrofes ecológicas. Futuros posibles.

ABSTRACT: This article seeks to demonstrate that the modes of production and destruction of modern-colonial capitalism have placed the Earth before ‘unthinkable’ climatic and environmental catastrophes, especially since the global hegemony of neoliberalism. These extreme phenomena highlight the alarming reality of an accelerated and uncontrolled deterioration of the world, but whose impacts vary according to pre-existing socio-economic and geopolitical inequalities. In Brazil, the structural power of racism means that such catastrophes disproportionately affect black and indigenous people, something that is very noticeable in the latest cases of mining dam collapses. In addition to reflection on the so-called ‘unthinkable’ of the present, it aims to indicate theoretical paths towards a possible and liveable future, taking into account ancestral epistemologies and cosmovisions that confront the dominant capitalist and colonialist imaginary that guides the exploitation and voracious devouring of all the planet’s constituent elements, human and non-human.

KEYWORDS: Modern-colonial capitalism. Ecological catastrophes. Possible futures.

Introdução

Buliram muito com o planeta
E o planeta como um cachorro eu vejo
Se ele já não aguenta mais as pulgas
Se livra delas num sacolejo.

(SEIXAS, R., *As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor*, 1974).

Amitav Ghosh (2022), um dos maiores expoentes contemporâneos da literatura indiana, diz que vivemos na época do *grande desatino*. Para ele, é o predomínio do “impensável” e do “absurdo” que caracteriza o nosso tempo. Ao invés da *regularidade da vida burguesa* — uma ficção há muito desgastada —, vige agora, mais do que nunca, a potência veemente do *imprevisto* e do *inédito*. A (falsa) narrativa capitalista de controle social da natureza, do poder irrestrito e inabalável do ser humano, se despedaça diante de catástrofes ecológicas cada vez piores e que ameaçam, reiteradamente, se não despedaçar o próprio planeta, pelo menos *sacolejá-lo* para que se livre das indesejadas *pulgas*, isto é, para que se livre de nós mesmos.

Se, em razão das nossas práticas modernas de predação e destruição ambiental o mundo já sobrevivia a “conta-gotas”, hoje esse conta-gotas se quebrou, de modo que a sua sangria não encontra praticamente mais nada que lhe faça a devida contenção. Os fluidos que saem da Terra — por causa de lesões artificiais enormes, profundas e em aberto, e difíceis de cicatrizar — escorrem desamparados e ligeiros, restando pouca esperança de que um corpo tão maltratado, doente e ferido consiga se recompor. No contexto em que os extremos normalizaram-se, do *estado de exceção permanente*, como bem diagnosticou o filósofo italiano Giorgio Agamben (2004), um acúmulo de *desastres* sem precedentes, de forças naturais inominadas, com magnitudes imprevisíveis e *fenômenos raríssimos*, tornou-se assustadoramente real (Ghosh, 2022).

Eis um tempo que, de fato, refuta a tese política da modernidade ocidental, da ordem capitalista e colonialista hegemônica, pautada na lógica do cálculo e das probabilidades, no suposto domínio do homem sobre a *coisa natural*, sendo esta entendida como algo relativamente estável. Esse pensamento, que ganhou substância sobretudo com o Iluminismo europeu, implica uma espécie de *deificação* do humano (Ghosh, 2022), que tem sido colocada em xeque pelos eventos climáticos atuais que nos afetam e coagem de uma forma particularmente frontal e implacável. A situação recente do Rio Grande do Sul — que teve mais de 80% do seu território arrebatado pela força de chuvas torrenciais, enchentes e alagamentos, impactando a vida de milhões de pessoas e desembocando na morte de outras centenas, fora os mais de 800 machucados e as dezenas de desaparecidos — não nos deixa mentir; além de

confirmar que, em termos de catástrofes ambientais e climáticas, as palavras *impossível* e *distante* perderam a sua essência.

Tudo pode acontecer e em qualquer lugar — embora certamente as vulnerabilidades não sejam distribuídas num regime de absoluta igualdade. As transformações abruptas nos ciclos naturais do meio ambiente e no clima, a “espiral de morte das emissões de carbono”, nas palavras de Ghosh (2022, p. 137), que impulsiona o aquecimento global, culminam em eventos “poderosos demais, grotescos demais, perigosos demais e acusatórios demais”, umbilicalmente vinculados à atividade humana, pois “são a misteriosa obra de nossas próprias mãos voltando para nos assombrar sob formas e aspectos impensáveis” (Ghosh, 2022, p. 41). Ora, na verdade, jamais estivemos livres de “amarras não humanas”, explica o escritor indiano, na medida em que “sempre fomos julgados e observados por outros olhos” (Ghosh, 2022, p. 133).

Entretanto, a convicção ocidental de que só existe agenciamento, vontade e consciência no homem, somada à desvalorização e tentativa de supressão de qualquer cosmovisão ou ontologia que reivindique o contrário, sendo ela relegada prontamente à lata de lixo do “atraso”, da “obsolescência” ou do “não moderno”, conduz a uma condição de miopia e surdez generalizada que tolhe a capacidade genuína dos nossos sentidos e atrofia o nosso imaginário, criando múltiplos obstáculos a essa percepção. Para Ghosh (2022), nós temos sido, em geral, indiferentes frente aos *murmúrios da Terra* e seus tantos sinais de alerta. Talvez seja por isso que, mesmo estimulando-a excessivamente, continuamos espantados e até incrédulos com os seus *revides* mais e mais violentos (Angus, 2023).

Ao que tudo indica, agora estamos em uma era que será definida precisamente por eventos que, segundo nossos atuais padrões de normalidade, parecem altamente improváveis: enchentes súbitas, tempestades históricas, secas constantes, ondas de calor sem precedentes, deslizamentos de terra repentinos, torrentes furiosas escorrendo de lagos glaciais que se romperam e, sim, tornados insólitos (Ghosh, 2022, p. 32).

Não trata-se de *catastrofismo*, nem de uma teoria extraordinária e paralisante do *apocalipse*, da iminência do fim do mundo, mas da própria realidade tal como se apresenta e dos rumos que ela aponta. Seus inúmeros sintomas brutais, conforme demonstra o ecossocialista canadense Ian Angus (2023), ainda incluem insegurança alimentar, fome crônica, desnutrição infantil, escassez de água e sede, variações extremas de temperatura acompanhadas de mortes por *estresse térmico*, proliferação de doenças e de ameaças ecológicas de todo tipo, deslocamentos forçados, hordas de refugiados, decomposição dos meios de subsistência etc. Por óbvio e o próprio Angus assim o reconhece, *não estamos todos juntos nessa*, porque os

impactos das mudanças no sistema terrestre, embora universais, são modulados de acordo com desigualdades e injustiças socioeconômicas e geopolíticas preexistentes, intensificando-as. Certas regiões, países e categorias de pessoas encontram-se numa situação de maior exposição e perigo. Inclusive, vale dizer que, apesar da absurda e aparente contradição, “é possível, ao menos para alguns, viver melhor num mundo que se deteriora” (Charbonnier, 2021, p. 15).

Este artigo busca refletir criticamente sobre esse *impensável* do presente, desnudá-lo e indicar caminhos para um futuro pensável e factível. Na posição de *amebas gigantes* do mundo, como depõe o pensador e liderança indígena Ailton Krenak (2020, p. 09), ou de *pulgas do planeta*, como cantou o artista brasileiro Raul Seixas (1974), a humanidade, pelos seus modos de produzir e destruir, estabeleceu uma relação utilitária com o seu entorno, capturando-o e devorando-o; portanto, consumindo a vida em si mesma para saciar a fome infinita do capital.

Sendo assim, o artigo começa discutindo o papel alicerçador do capitalismo moderno-colonial na promoção das catástrofes ecológicas. Em seguida, passa-se à análise do período atual de hegemonia global do neoliberalismo e seus violentos mecanismos (neo)extrativistas, para então focar no caso do racismo ambiental brasileiro, cuja expressão paradigmática mais recente pode ser vista nos impactos da atividade mineradora de grandes empresas. Por fim, são apontados alguns elementos importantes, mas nada *novos*, porque amparados em ensinamentos ancestrais, indígenas e quilombolas, para *reflorestar o imaginário* dominante (Núñez, 2021), transformando mentes em *roças* e jogando *sementes contracoloniais* (Santos, 2023) que germinem outros mundos, como quis o saudoso filósofo e mestre quilombola Nêgo Bispo.

Capitalismo, colonialidade e catástrofe ecológica

O capitalismo encontra-se no centro da crise climática e ambiental, e das transformações qualitativas dramáticas nos aspectos naturais mais básicos do sistema terrestre. Dentre as várias *contradições* do capitalismo está a sua incapacidade de criar sem destruir. Enquanto uma estrutura que é, simultaneamente, de produção e destruição ampliadas, o capitalismo se move no âmbito do desenfreio, conforme argumentou Pierre Clastres (2004, p. 62): “espaço sem lugares por ser recuo constante do limite, espaço infinito da fuga permanente para diante”. Nada parece impossível para o capital — continua o antropólogo francês —, exceto não ser para si mesmo o seu próprio fim. Por conseguinte, para a sua continuidade almejada, “raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é útil, tudo deve ser

utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade” (Clastres, 2004, p. 62).

O capital sempre foi obcecado pela apropriação e pela acumulação; essas obsessões correm em seu DNA. A natureza só é valorizada enquanto um meio para a satisfação dessa finalidade suprema, que, por sua vez, demanda o desperdício, a poluição, até mesmo o sacrifício, o esgotamento e a extinção; as *tragédias* globais. O que importa, em suma, é lançar produtos no mercado e o retorno financeiro: o mais lucrativo e rápido do valor investido.

Não importa que os produtos vendidos sejam nocivos ao homem e à natureza nem que muitas mercadorias não possam ser produzidas sem propagar doenças, arrasar florestas que produzem o oxigênio que respiramos, destruir ecossistemas e tratar nossa água, ar e solo como esgotos que recebem resíduos industriais. Tudo isso contribui para o crescimento do capital — e é isso que importa [...]. Se nada o impedir, o capital tentará se expandir infinitamente — mas a Terra não é infinita. A atmosfera, os oceanos e as florestas são muito grandes, mas, em última análise, são recursos finitos e limitados — e o capitalismo está pressionando esses limites (Angus, 2023, p. 128-129).

O metabolismo do capital não tem apenas a necessidade de crescer, mas de crescer de modo acelerado e cada vez mais ligeiro. O capitalismo se locomove a *prazos curtos*, afirma Angus (2023), numa velocidade incompatível com o tempo da vida natural, de seus processos e ciclos normais. Há um estrondoso descompasso entre a predação artificial do planeta e a sua habilidade orgânica de se regenerar. A partir das duas Guerras Mundiais no século XX, quando experimentamos a multiplicação capitalista de técnicas científicas e de tecnologias avançadas de produção e destruição — assim como de substâncias e compostos sintéticos, químicos, petroquímicos, nucleares e de gases nocivos, com impactos intensos sobre o clima e o meio ambiente —, abriu-se uma época de “crescimento antiecológico” particular e qualitativamente mais danoso que acentuou esse descompasso. Foi também nesse período que ganhou força um movimento abrupto de concentração de poder e de dinheiro nas malhas de monopólios e oligopólios privados, industriais e financeiros, ecologicamente destrutivos.

Seja o *antropoceno*, seja o *capitaloceno* ou qualquer outro nome que se queira empregar à nossa era geológica, o fato é que, desde então, o conta-gotas do mundo estilhaçou-se, colocando a Terra — ou pelo menos a humanidade inteira — na beira de um precipício sob o risco constante de perecimento. Acontece que não parece adequado, nem mesmo honesto, abordar o capitalismo e sua inegável responsabilidade diante das catástrofes ecológicas desvinculando-o de sua gênese histórica que remonta à escravização de pessoas africanas e ao colonialismo modernos, assim como da *colonialidade do poder* (Quijano; Wallerstein, 2019)

que ainda organiza a economia capitalista a partir de classificações sociais, divisões e hierarquias étnico-raciais, a despeito do esgotamento formal da colonização e do escravismo em escala global.

Segundo o historiador e filósofo político camaronês Achille Mbembe (2020), existem relações íntimas entre a modernidade capitalista ocidental, o tráfico transatlântico, a escravização de africanos e o colonialismo europeu nas Américas — e de tudo isso com a questão ambiental e os *distúrbios ecológicos*. Para Mbembe (2020), nos séculos XV e XVI, inicia-se um processo colonial de extração e consumo de um *bioestoque* que é tanto humano — as pessoas colonizadas e escravizadas — quanto vegetal — a natureza —, um processo que, na verdade, jamais desapareceu por completo, embora tenha sofrido uma série de mutações ao longo do tempo.

[...] As plantações do Novo Mundo dificilmente poderiam ter funcionado sem a utilização em massa dos sóis ‘ambulantes’ que eram os escravos africanos. Mesmo após a Revolução Industrial, esses verdadeiros fósseis humanos continuaram a servir de carvão para a produção de energia e do dinamismo necessário para a transformação do Sistema Terra (Mbembe, 2020, p. 178).

Os custos humanos e ambientais persistentes pelas sequelas geográficas, econômicas e políticas da escravização racial e da colonialidade capitalista, não têm sido sustentados por todos na mesma medida. Os próprios padrões de vida e de desenvolvimento burguês prometidos universalmente, lembra Ghosh (2022), são acessados apenas por alguns, mas pagos pela maioria que sobra, pelo resto excluído — ou *incluído na condição de exclusão*. A distribuição desigual do poder e do dinheiro, entre os países e dentro de cada um deles, molda a intensidade das afetações e os níveis de insegurança, a capacidade de evitar, externalizar ou contornar os *desastres*, de tal maneira que “a mudança climática e os eventos climáticos extremos não estão devastando seres humanos em todo o mundo de modo aleatório” (Angus, 2023, p. 199).

O padrão se repete em todas as escalas. Globalmente, o Sul sofre muito mais que o Norte. No Sul, os países mais pobres, principalmente localizados na África Subsaariana, são os mais atingidos. Dentro de cada país, as pessoas mais pobres — mulheres, crianças e idosos — têm maior probabilidade de perder a casa e os meios de subsistência em consequência das mudanças climáticas, bem como de morrer (Angus, 2023, p. 200).

Os Estados Unidos foram os que mais ganharam, política e financeiramente, com os escombros e as hecatombes da Segunda Guerra Mundial, consolidando-se no patamar de uma potência capitalista hegemônica. Isso teve repercussões diretas no “mal-estar climático” do

planeta por uma série de razões. Dentre elas, Angus (2023) destaca a sanha imperialista que lança os longos tentáculos estadunidenses em regiões do Sul global em busca de recursos, como o petróleo a baixo custo, que atendam às suas infinitas demandas internas e ao seu paradigma ecocida de prosperidade. Poucos anos depois, com o avanço astronômico do neoliberalismo, expandiu-se uma lógica capitalista selvagem “pela totalidade da vida” (Mbembe, 2021, p. 74), tal como um câncer em fase de metástase (Krenak, 2020), rápido e incontrolável, impondo ao mundo inteiro a *religião civilizacional* dos brancos ocidentais e burgueses. Calcada na sacralização da propriedade privada e num *pisar duro* sobre a Terra, essa *religião* complicou ainda mais a urgente tarefa de pensarmos sobre futuros vivíveis.

A brutalização (neo)extrativista contemporânea e a devoração da vida

É preciso agora — e novamente — retomar Mbembe. Para o nosso pensador africano, a época neoliberal contemporânea tem colocado para funcionar um tipo de poder sem contornos nem limites que brutaliza o mundo e a totalidade dos organismos vivos. O planeta e seus corpos naturais, segundo Mbembe (2021), tornaram-se alvo de uma série de processos verticais e metamórficos, de torção, demolição, quebra e despedaçamento, envenenamento, esmagamento e pilhagem, de incontáveis *criações destrutivas*. Ao lado da produção em massa de dejetos, detritos, uma gama de gases e resíduos tóxicos, químicos e radioativos que atingem a natureza, a constante suspensão de direitos, garantias e regras entrega o meio ambiente de bandeja para a gula do regime capitalista. E, assim, diz Krenak (2022, p. 52), “o tal do progresso vai comandando a gente, e seguimos no piloto automático, devorando o planeta com fúria”.

A indistinção entre soberania, política e terror, típica das *sociedades de inimizade* neoliberais (Mbembe, 2020) — uma discussão tão cara à teoria mbembiana desde a propositura da *necropolítica* — pode muito bem ser alargada a fim de abarcar as recentes catástrofes ambientais e climáticas, e as que, certamente, mais cedo ou mais tarde, ainda acontecerão. Junto com os ataques à substância da democracia — já bastante surrada e em vias de desmoronar —, o neoliberalismo também parece empenhado no trabalho de converter a Terra num “túmulo universal, seu mausoléu” (Mbembe, 2021, p. 254). Esse cenário, hoje, é especialmente visível na região latino-americana, que tem enfrentado círculos neoextrativistas extremos com frequência mascarados politicamente sob a falácia do “bem-estar social”.

A socióloga argentina Maristella Svampa (2019) mostra que, neste século, em diferentes países da América Latina, mesmo durante governos ditos de *esquerda*, foram acionadas dinâmicas insustentáveis de desenvolvimento que radicalizaram as práticas de espoliação e

superexploração de *recursos naturais*, cada vez mais escassos e não renováveis, inclusive ampliando as fronteiras onde podem ser explorados, sobretudo para atender as demandas do comércio internacional. O fenômeno do *neoextrativismo*, diz Svampa (2019), caracteriza-se, dentre outras coisas, pelo uso intensivo e pela grilagem de terras, pela monocultura ou monoprodução — em particular de bens primários destinados à exportação — e pelo gigantismo dos empreendimentos, que mobilizam uma vultosa quantidade de dinheiro, como o agronegócio.

Para piorar, a socióloga argumenta que esse *neoextrativismo* tem assumido feições cada vez mais violentas na região, cujos indícios se materializam nos registros de assassinatos a lideranças comunitárias, indígenas e ambientalistas, na proliferação de organizações criminosas que controlam territórios e povoados com frequência mancomunadas, direta ou indiretamente, com o próprio Estado, na expansão de energias extremas de vários tipos, em que a extração — difícil de se realizar — traz maiores riscos de contaminação e de desastres socioambientais, tais como as areias betuminosas, o “combustível fóssil mais sujo de todas as energias extremas” (Svampa, 2019, p. 199), ou o próprio caso do pré-sal brasileiro etc.

Decerto, embora mais explícito na América Latina e em outras regiões periféricas ou de capitalismo dependente do Sul, eis um fenômeno global impulsionado pela hegemonia neoliberal, que exige mais e mais fontes energéticas e matérias-primas. A malícia da racionalidade burguesa que nos permeia, através de variados argumentos, reiteradamente constrói “justificativas para incidir sobre o mundo como se fosse matéria plástica: podemos fazê-lo ficar quadrado, plano, podemos esticá-lo, puxá-lo” (Krenak, 2020, p. 100). Bem-estar social, desenvolvimentismo, modernização, crescimento econômico, progresso civilizatório, humanismo. Tudo isso é instrumentalizado para render a existência ao cálculo da utilidade, para conceber o planeta como mais uma mercadoria a ser expropriada e explorada pelo capital.

A filósofa Nancy Fraser, no campo do pensamento crítico feminista e marxista, ao teorizar sobre os *apoios ocultos* da (re)produção capitalista, dos *alicerces vitais* da acumulação de valor — em especial nas circunstâncias neoliberais vorazes de hoje —, de incontáveis calamidades convergentes e da *comilança empresarial*, propõe a metáfora potente do *capitalismo canibal*, destacando a força dessa ordem burguesa dispendida na transformação da sociedade, de *habitats* e ecossistemas inteiros — fauna e flora — num “grande banquete institucionalizado, onde o prato principal somos nós” (Fraser, 2024, p. 14). O capitalismo é entendido pela autora como protagonista de um crime hediondo pautado no *pecado da gula*,

que não repõe o que consome, nem mesmo repara tudo o que danifica e segue devorando as bases de nossa existência em comum. Eis a *dieta* hipercalórica e insustentável do capital.

Mais do que uma relação com o trabalho, o capital também é uma relação com a natureza, uma relação extrativa e canibal que consome cada vez mais a riqueza biofísica para acumular cada vez mais ‘valor’ enquanto denega as ‘externalidades’ ecológicas. O que também se acumula, de modo não accidental, é o volume sempre crescente de estrago ecológico: atmosfera inundada de emissões de carbono; aumento das temperaturas, esfacelamento das plataformas polares de gelo, aumento do nível de mares, entupidos de ilhas de plástico; extinções em massa, declínio da biodiversidade, migrações de organismos e patógenos provocadas pelas condições climáticas, aumento do transbordamento zoonótico de vírus letais; supertempestades, megassecas, enxames de gafanhotos, incêndios florestais colossais, inundações titânicas; zonas mortas, terras envenenadas, ar irrespirável. Sistemáticamente equipada para se aproveitar da natureza que de fato não consegue se repor de forma ilimitada, a economia capitalista está sempre à beira de desestabilizar suas próprias condições ecológicas de possibilidade (Fraser, 2024, p. 131).

Uma outra perversidade do neoliberalismo também pode ser identificada, como fez Ghosh (2022), na tendência política desse sistema de santificar subjetividades, de se fundir com a moral e praticamente expulsar de sua órbita o respeito ao não humano. Ghosh (2022), de forma legítima, preocupa-se com o fato de que a *questão ambiental* fique restrita a um problema de consciências individuais, correspondendo ao *ideário individualizante* do capitalismo neoliberal, sendo que a sua dimensão, na verdade, é coletiva, pois diz respeito aos bens comuns e universais, à sobrevivência de todos. Não bastam mudanças pontuais ou pessoais de comportamento. A emergência ecológica atual obriga um desvio abrupto na própria estrutura da rota econômica, política, cultural e social em que estamos presos desde a modernidade colonial.

Não surpreende, diante de todo o exposto, que o chamado *aquecimento global* tenha acompanhado a ascensão e o império do neoliberalismo, estabelecendo-se principalmente a partir dos anos 1980. A gravidade desse evento, contudo, deve ser entendida com clareza porque envolve muito mais do que *leituras médias dos termômetros*, como explica Ian Angus.

Em resumo, o clima não apenas está ficando em média mais quente, o padrão climático está se inclinando para extremos de calor. Isso é de suma importância, porque a adaptação ao novo normal – se isso for possível – exigirá uma resposta aos extremos, não apenas às médias. Para o bem-estar e a sobrevivência humana, a questão não é apenas quanto o nível médio dos oceanos subirá, mas quão altas serão as maiores ondas de tempestade; não apenas qual será a média diária de chuvas, mas quanto tempo durarão as secas; não apenas quão mais quentes serão as ondas de calor, mas quanto tempo durarão e quão mortíferas serão (Angus, 2023, p. 107-108).

O neoliberalismo tem um elo profundo com agressões sistemáticas ao meio ambiente. De novo, as *respostas do planeta* a esses ataques pesam de maneira desproporcional sobre determinadas comunidades-alvo, tendo em vista as segregações e injustiças — como de raça e renda —, que estruturam a vida social. No Brasil, a noção de “racismo ambiental” vem ganhando, justificadamente, cada vez mais espaço, porque denota essa desproporção, sobretudo no contexto neoliberal. Por aqui, ademais, os legados coloniais e escravagistas deram ensejo à constituição de um forte “pacto narcísico da branquitude” (Bento, 2022, p. 18), um contrato não escrito nem verbalizado de preservação de privilégios e do poder dos brancos, e que é, também, um pacto de morte ao “outro”, pois reiteradamente despreza o sofrimento das populações negras e indígenas, bem como se empenha em massacrar as suas lutas e resistências históricas.

Racismo estrutural, desastres socioambientais e o neoextrativismo da atividade mineradora no Brasil

Desde o período colonial, inaugurado no século XV, a história do Brasil pode ser sintetizada no binômio genocídio-resistência. Com isso, o artigo não busca propor uma leitura histórica ou sociológica que ignora a complexidade e a diversidade dos arranjos sociais e da vida em geral, humana e não humana, que existiam antes da penetração europeia na região. Muito pelo contrário, considera-se que o colonialismo europeu, através de vários artifícios brutais, tentou incessantemente destruir a riqueza e a exuberância dessa multiplicidade originária, e destruí-las, frise-se, com frequência sob o manto do *progresso civilizatório* e do *desenvolvimento*, da mentira de um *grande encontro*, que sinaliza uma romantização da chegada das embarcações portuguesas em nosso litoral.

Se o progresso não é partilhado por todo mundo, se o desenvolvimento não enriqueceu e não propiciou o acesso à qualidade de vida e ao bem-estar para todo mundo, então que progresso é esse? Parece que nós tínhamos muito mais progresso e muito mais desenvolvimento quando a gente podia beber na água de todos os rios daqui, que podíamos respirar todos os ares daqui e que, como diz o Caetano, alguém que estava lá na praia podia estender a mão e pegar um caju (Krenak, 1999, p. 30).

O massacre dos povos indígenas nativos — de incontáveis etnias, línguas e formas sociais —, envolveu, por certo, a aniquilação física pelas agressões e pelos assassinatos em massa, pela exposição a vírus e bactérias estranhos, por estupros generalizados, trabalhos forçados etc., mas também a liquidação simbólica pela via da corrupção cultural e, sobretudo, pelo esmagamento dos seus modos tradicionais de vida, da relação entre si e com a natureza,

bem como do pensamento. O antropólogo Clastres (2004) chamou de *etnocídio* essa prática ímpia, tantas vezes justificada pela *salvação* euro-cristã e/ou pela integração ao *patamar ético* da humanidade burguesa ocidental, que busca matar não o corpo, mas o espírito do *outro*. Para o filósofo e mestre Nêgo Bispo, a colonização, no que tem de mais peculiar, começa exatamente pelo movimento de “desterritorializar o ente atacado, quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome” (Santos, 2023, p. 12). *Índios, selvagens, negros da terra* ou *negros de fora*, dentre vários outros termos racistas e etnocêntricos usados pelos europeus para nomear colonizados e escravizados. Eis o projeto de desmonte do *múltiplo* e imposição do *um*.

O colonialismo no Brasil, de acordo com a historiadora Ynaê Lopes dos Santos (2022), introduziu um mosaico de violências e de dinâmicas discriminatórias que se *naturalizou*, sendo considerado até mesmo necessário para o famigerado *avanço civilizacional*. Esse mosaico incluía a exploração e a subjugação extremas de grupos sociais diversificados, tanto dos que já habitavam o território quanto daqueles que foram trazidos para cá contra a sua vontade. O lucrativo tráfico transatlântico de pessoas africanas e sua escravização nesta terra, sedimentou toda a fase colonial e foi muito mais além. Os africanos e seus descendentes, de fato, edificaram o país fertilizando “o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão”, como destacou o dramaturgo, intelectual e importante ativista do movimento negro Abdias Nascimento (2016, p. 58), seja nas plantações de cana-de-açúcar dos séculos XVI e XVII, seja mais tarde labutando nas minas de ouro e diamante ou na produção de algodão e no cultivo do café que alimentaram boa parte da nossa economia no oitocentos.

Mesmo com os relevantes processos de independência nacional, da abolição jurídico-formalista da instituição escravagista e da posterior Proclamação da República, o peso do racismo continuou organizando a *sociedade desigual* (Theodoro, 2022) que se arquitetava. A história deste país confunde-se com a história do racismo, afirma Ynaê Lopes dos Santos (2022), pois a racialização de não brancos e suas consequências nefastas a estruturam, equacionando, de um lado, uma miríade de desvantagens e riscos, e, do outro, a muralha embranquecida de poder e privilégios. Esse (des)equilíbrio permanece até hoje acompanhando as mutações que fazem parte da capacidade dinâmica do próprio racismo, que se transforma conforme as circunstâncias e se adapta muito bem ao uso de diferentes ferramentas à sua disposição, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou outras.

A expressão *racismo ambiental* aparece nos Estados Unidos pela primeira vez no final da década de 1980, para enfatizar como os problemas socioambientais impactam sobremaneira a vida de pessoas pertencentes aos grupos étnico-raciais específicos (Orsi *et. al.*, 2023),

comumente marginalizados e precarizados. No Brasil, trata-se de mais uma faceta do sistema de opressão e violência racial que nos estrutura enquanto sociedade autoritária e desigual. A ideia de que os *desastres* naturais e as calamidades climáticas são “democráticos” porque se espalham para todas as camadas sociais, é uma falácia tanto quanto o antigo “mito da democracia racial”. E, como este, também procura distorcer os fatos para ocultar a real profundidade da infiltração do racismo e das desigualdades socioeconômicas entre nós.

Ora, não soa estranho que “os que menos têm contribuído para a geração dos impactos são aqueles que mais têm sofrido com os seus desdobramentos”? (Orsi *et al.*, 2023, p. 183). As pessoas negras, pretas e pardas, assim como as indígenas, são as mais vulneráveis aos deslizamentos de terra e soterramentos, e às enchentes e inundações, a longos períodos de seca, aos resultados mortais da mineração desregulamentada e do agronegócio capitalista, dos desertos da monocultura, aos efeitos deletérios da exposição ao lixo, aos produtos e gases tóxicos, à falta de água, comida e de saneamento básico, em suma, ao *azar* de que um evento *impensável* simplesmente se concretize. O racismo ambiental brasileiro, para essas parcelas sociais de *desumanizados* ou de *sub-humanizados*, projeta “espaços de morte, morbidez permanente e, não raro, desesperança” (Orsi *et al.*, 2023, p. 179), efetivamente realizando tragédias e catástrofes socioambientais anunciadas há tempos.

Tomemos como exemplos paradigmáticos os últimos rompimentos de barragens no contexto da atividade mineradora neoextrativista de grandes empresas no Brasil. O rompimento da barragem do Fundão, localizada em Mariana, no estado de Minas Gerais, da empresa Samarco, controlada pelas multinacionais Vale S. A. e BHP Billiton, em novembro de 2015, lançou, no meio ambiente, cerca de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração de ferro, afetando a vida de milhares de indivíduos e famílias a curto, médio e longo prazos. Esse chegou a ser considerado, à época, o maior “desastre ambiental” ocorrido no país. Povos quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pobres etc., estiveram entre os principais mortos ou desabrigados, entre aqueles que viram seus modos tradicionais de existência sucumbirem ou que precisaram comprar água e alimentos não contaminados a preços altíssimos fixados por redes de comércio que, tal como abutres, se nutriram da dor e da desgraça alheias².

As aldeias Krenak foram particularmente abaladas pela lama da mineração e por esse “liquidificador chamado humanidade” (Krenak, 2019, p. 14); uma humanidade descolada da terra que exaure a natureza e nega a pluralidade das formas de vida, que despersonaliza os

² O preço da água mineral na cidade de Governador Valadares, por exemplo, chegou a sofrer ágio de 150% (Lima; Parreiras, 2019).

outros corpos para melhor legitimar a sua mercadorização. Segundo Krenak (2019, p. 42), esse crime — porque não se trata de um mero “acidente” — colocou o seu povo na “real condição de um mundo que acabou”. O Rio Doce, nomeado *Watu*, é, para esse povo, uma pessoa — e uma pessoa muito querida e amada, o seu avô —, não um *recurso* passível de apropriação e de degradação fruto de obras capitalistas emporcalhadas do homem branco.

O *Watu*, esse rio que sustentou nossa vida às margens do rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, numa extensão de seiscentos quilômetros, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando o rio em coma (Krenak, 2019, p. 42).

Passados pouco mais de três anos, em janeiro de 2019, a Barragem I da Mina Córrego do Feijão, da Vale S. A, na cidade de Brumadinho, Minas Gerais, também se rompeu, liberando 12 milhões de metros cúbicos de lama, constituída por rejeitos da mineração, na bacia do Paraopeba, que percorreram cerca de 300 quilômetros de distância rio abaixo. O *desastre* atingiu, pelo menos, 18 municípios e afetou quase um milhão de pessoas — majoritariamente pretas e pardas —, matando 272 delas, como demonstraram Orsi *et al.* (2023). De mais a mais, é imprescindível recordar que, ainda segundo tais pesquisadores,

Além das mortes diretas pelo deslizamento da lama com o rompimento da barragem, a lama, com minérios e produtos tóxicos em sua composição, também se espalha por uma grande área e traz impactos de maior escala espacial e temporal, já que a destruição física ou por produtos químicos permanece no ambiente por longo tempo. Esse segundo momento, tão grave quanto o primeiro, reforça a identificação do racismo ambiental ao se observar certo descaso com a população afetada, quando não há reparação do dano ou esta acontece de maneira aquém do que realmente se necessita, e pela morosidade nas respostas e ações (Orsi *et al.*, 2023, p. 177-178).

O rompimento da Barragem I acarretou, em sequência, o rompimento das barragens B-IV e B-IV-A, atingindo a vegetação, a fauna e outros rios ao longo das centenas de quilômetros que a lama tóxica da mineração atravessou. Dentre as centenas de mortes imediatas, havia dois bebês e duas mulheres grávidas. Vários corpos nem sequer foram encontrados pelas equipes de resgate. Casas e outros meios de subsistência foram sumariamente destruídos. Eis mais um *fenômeno raro* que de fato aconteceu, acumulando novas camadas de estragos na conta de um capitalismo canibal que quebrou o conta-gotas do mundo e que faz do *impensável* e do *absurdo* a verdade contundente do nosso tempo. Pensando bem, a partir desses casos, a suspeita do historiador e filósofo camaronês Mbembe faz mais sentido do que nunca: “a toxicidade, isto é,

a multiplicação de substâncias químicas e resíduos perigosos, não constitui afinal uma dimensão estrutural do presente?” (Mbembe, 2021, p. 14).

Considerações finais: por um futuro pensável, ancestral e contracolonial

Tem gente que passa a vida inteira
Travando uma inútil luta com os “galho”
Sem saber que é lá no tronco
Que tá o coringa do baralho.

(Seixas, R., *As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor*, 1974).

Segundo o escritor indiano Ghosh (2022), a *crise* climática atual é, também, uma crise da cultura e da imaginação. De fato, muito se fala em *desenvolvimento sustentável*, *capitalismo verde* e outros tantos disparates, sendo que o problema está justamente nesse tipo de desenvolvimento, exatamente no capitalismo. Aliás, “desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar?” (Krenak, 2019, p. 22). Essas expressões conduzem a um entendimento equivocado da realidade, pois pressupõem que as catástrofes ecológicas poderiam ser enfrentadas com pequenas mudanças ou reformas sem atacar a estrutura, sem afrontar o cerne da coisa. A luta contra os *galhos* mantém o *coringa do baralho*; o *tronco*, intacto! Raul está certo! Nesse sentido, vale recuperar a filósofa marxista Fraser (2024, p. 18) quando ela sustenta que “somente com pensamentos grandiosos teremos chance de lutar e derrotar o ímpeto implacável que o capitalismo canibal tem de nos devorar por completo”.

Precisamos aprender com a radicalidade de outras epistemologias e visões de mundo, e não há necessidade de procurarmos em locais distantes. O solo brasileiro ainda é repleto de alternativas efetivamente revolucionárias. A partir de sua cosmogonia indígena e anticolonial Guarani, por exemplo, Núñez (2021) descortina nosso sistema colonialista de pensamentos, que implica numa certa agenda predatória de ação sobre o planeta — um sistema pautado nas “monoculturas”, sejam elas da fé (monoteísmo cristão), dos afetos (monogamia), da sexualidade (monossexismo) e da própria terra etc. Esse sistema impõe a racionalidade branca e burguesa do *um* que contradiz o *princípio da floresta*, diz Núñez (2021), necessariamente *múltiplo*. Ao implantar as suas divisões, masculino e feminino, humano e animal, civilizado e selvagem, dentre outras, as monoculturas ainda fundamentam-se num *pressuposto da não concomitância*, ou seja, na lógica de uma existência unívoca que impossibilita ser um e outro ao mesmo tempo. Dessa maneira, explica Núñez (2021), não dá para ser *civilizado* e *selvagem*, simultaneamente, porque *civilizado* é a negação do *selvagem*, assim como o *humano* nega o

animal ou o azul nega a cor rosa. Para *reflorestar* o imaginário, a própria vida e a sua multiplicidade, continua a autora, é preciso combater todas essas monoculturas.

As experiências e os conhecimentos disruptivos de outro povo indígena, verbalizados por Krenak, também apontam para uma completa transformação dos nossos vínculos com a Terra e seus organismos vivos — todos eles. Afinal, se continuarmos no caminho do *progresso* capitalista, desde o início terrivelmente colonial, que tem deixado para trás um número sempre crescente de existências consideradas desimportantes, inúteis ou sobrantes, a chegada será a derrocada da humanidade em si mesma — e, com ela, talvez, boa parte da própria vida natural. É por isso que “se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral” (Krenak, 2022, p. 11). O *clube exclusivo dos humanos*, a *casta de humanoides*, afirma Krenak (2022), cada vez mais restrita, deve ser abolida em prol de um *nós* diferente, ancestral, que desconcerte a centralidade do homem e se abra para distintas cosmovisões, reconhecendo e valorizando alteridades e pluriversos, afastando-se daquela “euforia da monocultura” (Krenak, 2022, p. 40).

Nós-rio, nós-montanha, nós-terra. Temos, para Krenak (2022), provocado uma corrosão dessa forma potente, tanto mágica quanto concreta, de todo modo não antropocêntrica, de existir e viver em comunhão com outros corpos da Terra, no seio de uma vasta constelação de seres, humanos e não humanos, ambos igualmente respeitados. A ideia da vida como fruição — uma bela *dança cósmica* — padece diante da nossa imensa ambição por “reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária” (Krenak, 2022, p. 108).

O que estamos fazendo ao sujar as águas que existem há 2 bilhões de anos é acabar com a nossa própria existência. Elas vão continuar existindo aqui na biosfera e, lentamente, vão se regenerar, pois os rios têm esse dom. Nós é que temos uma duração tão efêmera que vamos acabar secos, inimigos da água, embora tenhamos aprendido que 70% de nosso corpo é formado por água. Se eu desidratar inteiro vai sobrar meio quilo de osso aqui, por isso eu digo: respeitem a água e aprendam sua linguagem. Vamos escutar a voz dos rios, pois eles falam. Sejamos água, em matéria e espírito, em nossa movência e capacidade de mudar de rumo, ou estaremos perdidos (Krenak, 2022, p. 26).

Esse não é um clamor individualista, tal como adorado pelo capitalismo neoliberal, mas direcionado ao coletivo. A transformação deve ser radicalmente estrutural, por isso se recusa o *desenvolvimento* e o *progresso* propiciados pelo capital colonizador. O *contracolonialismo* quilombola de Antônio Bispo dos Santos (2023), o Nêgo Bispo, mostra que esse desenvolvimento, na realidade, é uma variante da *cosmofobia* que nos desconecta. Seu companheiro, o *humanismo*, que enxerga o ser humano como criador, em vez de criatura, e dono, ao invés de uma parte, de todas as outras vidas, é avesso ao *envolvimento* — essa, sim,

uma palavra admirável, porque traduz a conexão com as árvores, as matas, os outros bichos, os mares, os rios e a terra. Os perigos dessa humanidade proprietária, capitalista e colonialista, inclusive levaram Nêgo Bispo a formular a noção dos *diversais*, seres cosmológicos, orgânicos, produtos e pedaços da natureza, seres da confluência, do compartilhamento e da circularidade, bem distintos daquela tendência de unicidade que rejeita a diversidade originária dos viventes — todos eles necessários, não apenas “importantes” e muito menos “úteis”.

Esse terror ao cosmo, à natureza, à Terra, provém de uma interpretação da realidade como fundada sobre um princípio único, estático, punitivo, desterritorializador, desencantante. Essa interpretação fundou aquilo que Bispo chamou de *matriz eurocristã-monoteísta*. Mais do que uma crítica à religião vinda dos mundos colonialistas, é uma avaliação de um modo de viver e intervir na realidade empobrecendo potências de existir em torno de um projeto de dominação, atravessado pela fixação no acúmulo. Acumular da terra, a terra, a empobrece e nos empobrece junto, paradoxalmente. Em contraposição a isso, a ideia de compartilhar no/do mundo, sem sermos conduzidos pelo medo da falta (Nascimento; Rufino, 2023, p. 326).

Longe do fantasma capitalista da falta ou da escassez, o compartilhamento, de acordo com o mestre quilombola Nêgo Bispo, “é uma coisa que rende” (Santos, 2023, p. 36). A construção de um outro futuro pode, sim, acontecer! Não se trata de uma mera *utopia*, enquanto algo remoto e sem amparo material, *descolado do chão*. Diversas formas, reais e alternativas, de se organizar em comunidade e de se relacionar socialmente com a Terra são vivenciadas ao nosso redor, às vezes bem pertinho, ao alcance da própria visão. A narrativa assombrosa de *fim do mundo*, eventualmente alardeada, não pode nos fazer desistir dos nossos melhores sonhos, como ensina a lucidez de Ailton Krenak. A experiência catastrófica do presente, portanto, deve nos fazer “mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de recriar mundos possíveis” (Krenak, 2022, p. 37), num movimento esperto semelhante ao dos cursos d’água, que driblam e resistem à violência da civilização branca, burguesa e colonial.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANGUS, Ian. **Enfrentando o Antropoceno**: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre. Tradução de Glenda Vicenzi e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CHARBONNIER, Pierre. **Abundância e liberdade**: uma história ambiental das ideias políticas. Tradução de Fabio Mascaro Querido. São Paulo: Boitempo, 2021.

CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. Tradução de Aline Scatola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GHOSH, Amitav. **O grande desatino**: mudanças climáticas e o impensável. São Paulo: Quina Editora, 2022.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização de Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. Pesquisa e organização de Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto. (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LIMA, Déborah; PARREIRAS, Mateus. Preços sobem até 80% e Brumadinho sofre com exploração econômica no pós-tragédia. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 25 abr. 2019. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/04/25/interna_gerais,1048739/precos-sobem-ate-80-e-brumadinho-sofre-com-exploracao-economica.shtml. Acesso em: 29 out. 2025.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Wanderson Flor; RUFINO, Luiz. In memoriam: “O fundamento é a roça” – Antônio Bispo dos Santos (1959–2023). **Añansi**: Revista de Filosofia, Salvador, v. 4, p. 323–328, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/19430/13027>. Acesso em: 15 abr. 2024.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Revista ClimaCom**, Campinas, ano 8, n. 21, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/monoculturas-do-pensamento/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ORSI, Rafael Alves *et al.* O negro e o verde em perigo: o racismo ambiental na catástrofe de Brumadinho (MG). In: FONSECA, Dagoberto José (org.). **Racismos**. São Paulo: Selo Negro, 2023.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto o América en el mundo moderno-colonial. In: MIGNOLO, Walter (org.). **Aníbal Quijano**: ensayos en torno a la colonialidad del poder. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SEIXAS, Raul. As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor. In: SEIXAS, Raul. **Gita**. [S. l.]: Philips, 1974. 1 disco sonoro (LP). Lado 1, faixa 3.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Agradeço pelas frutíferas discussões e pelas tantas conversas em sala de aula com José María Gómez, professor e intelectual exemplar.
 - ☐ **Financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não se aplica.
 - ☐ **Aprovação ética:** Não se aplica.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Todos os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis em livros e em artigos de periódicos na internet.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** O autor é responsável pelo texto em sua integralidade.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

